

# Brizola deve sancionar amanhã JORNAL DO BRASIL 9 FEV 1992 o orçamento estadual para 92

*Cláudia Boëchat*

A Lei Orçamentária do estado para 1992 deverá ser sancionada amanhã pelo governador Leonel Brizola. Neste final de semana, Brizola está estudando os dois textos da primeira parte do orçamento: um com 24 artigos, enviado para sanção pela Comissão de Orçamento e Finanças da Assembléia Legislativa, e outro com 16 artigos, mandado pelo presidente da Alerj, deputado José Nader (expulso do PDT e ainda sem partido). Optando por qualquer um, o governador poderá fazer vetos, que terão que ser discutidos novamente pelos 70 deputados estaduais.

Estes artigos iniciais regem a execução do orçamento. A Lei Orçamentária é composta também por anexos, onde estão as tabelas com as dotações específicas de cada órgão público. Seja por falta de assessoria técnica ou mesmo de competência, os deputados não se deram ao trabalho de consolidar o texto que apro-

varam antes de enviá-lo ao Palácio Guanabara. No lugar de tabelas, o governador recebeu uma pilha de papel com as centenas de emendas à proposta original. Por isso, além de sancionar, Brizola terá ainda que organizar o texto para ter em mãos um orçamento de verdade.

A solução foi sancionar a pilha de papel e, logo depois, baixar um decreto com o texto consolidado, incluindo o detalhamento dos programas de trabalho. Esse texto final será ainda atualizado com base na variação da receita tributária no período de junho (quando foi elaborada a proposta orçamentária original) a dezembro de 91: 94,82%, índice bem menor do que os 190% que previam os deputados. Mas não foi só nas previsões que os parlamentares erraram. O documento enviado ao Palácio Guanabara está com tantas irregularidades técnicas que a equipe do governo está se vendo obrigada a *dar uma colher de chá* aos deputados e fazer inúmeras "adequações".

O secretário estadual de Planejamento, Fernando Lopes, esclareceu que "o orçamento é uma autorização para a realização de gastos até um determinado limite" e que, de forma alguma, contém obrigações a serem cumpridas pelo estado. Ele atribuiu a confusão no texto enviado pela Assembléia às "dificuldades políticas" que o governo enfrenta no Palácio Tiradentes, e ao número excessivo de emendas. Conciliador, tentou *limpar a barra* dos deputados explicando que "nenhuma Assembléia Legislativa está preparada para codificar milhares de emendas em meio à discussão que envolve a aprovação de um orçamento".

Feitos todos os acertos, Saúde e Saneamento ficarão com Cr\$ 955,8 bilhões; Educação e Cultura com Cr\$ 776 bilhões; Segurança Pública com Cr\$ 357,5 bilhões; Habitação e Urbanismo com Cr\$ 175,2 bilhões; Transporte com Cr\$ 391,6 bilhões; Desenvolvimento Regional com Cr\$ 620,6 bilhões; e o Poder Legislativo (Assembléia e Tribunal de Contas) com Cr\$ 113,1 bilhões.